



PUBLICADO (A) NA SESSÃO DE

13 / 10 / 10.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ACÓRDÃO Nº 7503
(13/10/2010)

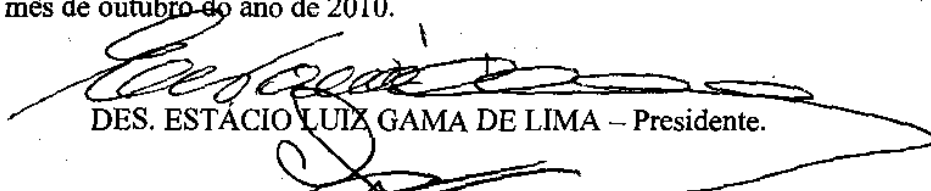
REPRESENTAÇÃO : 1844-73.2010.6.02.0000 – Classe 42.
REPRESENTANTE(s) : Ministério Público Eleitoral.
REPRESENTADO(s) : Cleber Costa de Oliveira (Dr. Cleber Costa).
ADVOGADO(s) : Gustavo Ferreira Gomes e outros.
RELATOR : JUIZ AUXILIAR FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA MACIEL.

EMENTA.

REPRESENTAÇÃO ELEITORAL. DECISÃO DEFINITIVA. ELEIÇÕES 2010. PROPAGANDA IRREGULAR NA INTERNET. SITE PESSOAL DO CANDIDATO. PEDIDO DE CONDENAÇÃO A PENALIDADE DE MULTA. IRREGULARIDADE NÃO CONFIGURADA. REPRESENTAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, **por unanimidade de votos, em julgar improcedente a Representação**, nos termos do voto do Juiz Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió, aos 13 dias do mês de outubro do ano de 2010.


DES. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA – Presidente.


DR. FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA MACIEL – Juiz Relator.


DR. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA – Procurador Regional Eleitoral.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

DECISÃO DEFINITIVA

Cuidam os autos de Representação Eleitoral, proposta nos termos do Art. 96 da Lei nº 9.504/97, em que o Ministério Público aduz a prática de propaganda eleitoral irregular, em face de Cleber Costa de Oliveira (Dr. Cleber Costa).

Segundo se extrai da inicial, o Representado teria mantido, durante o dia 03/10/2010, o seu *site* pessoal de campanha em pleno funcionamento, nada obstante a vedação expressa no Art. 39, §5º, inciso III da Lei das Eleições. Como prova faz a juntada de cópia do aludido, acompanhada de certidão exarada por servidor público, onde registra ter acessado o endereço eletrônico em questão no dia do primeiro turno do prélio em curso.

Houve provimento liminar da lavra do eminente juiz relator do processo à época, inspirado pela cautela que lhe é peculiar, no sentido de determinar a imediata suspensão da divulgação do *site* em apreço.

Em contestação a Representada alega, em preliminar, a inadequação da via eleita, em razão de que o órgão Ministerial fundamenta a aplicação de penalidade em dispositivo de caráter penal, não sendo a Representação Eleitoral a via adequada para discutir questões desta natureza. No mérito alega não subsistir razões para aplicação da penalidade perseguida pelo Ministério Público, porquanto não houve qualquer irregularidade na divulgação do *site* de campanha.

É, em suma, o relatório.

PRELIMINAR.

Conforme preceito estabelecido no Art. 96 da Lei nº 9.504/97 as alegações referentes à propaganda eleitoral irregular devem ser julgadas por via de Representação Eleitoral, com rito sumário. É o que se passa nos autos em apreço.

A capitulação legal atribuída pelo autor da ação judicial, não veicula ou cerceia o conhecimento da matéria posta nos autos, porquanto o magistrado encontra-se a serviço da composição de conflitos sociais, dedicando sua atividade à análise de relações jurídicas.

Desta forma, o objeto de cognição judicial deve ser o fato social conflituoso e não a tese jurídica deduzida a pretexto de fundamentação, conforme referido pelo antigo brocardo latino: *Da mihi factum, dabo tibi jus*.

Deste modo, revela-se irrelevante a capitulação jurídica dedicada ao fato pelo órgão Ministerial, bastando para análise e processamento do feito a adequada descrição da alegada propaganda eleitoral irregularidade, apta a ser decidida por via da Representação estabelecida pelo Art. 96 da Lei das Eleições.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Por tais razões, afasto a preliminar suscitada, para analisar o mérito da demanda.

MÉRITO.

Como é cediço, o Código Eleitoral, por seu Art. 240, veda a manifestação de propaganda eleitoral desde 48h (quarenta e oito horas) antes das eleições, até 24h (vinte e quatro horas) depois, com vistas em garantir o regular exercício do direito de sufrágio dos cidadãos, mormente em decorrência do acirramento da disputa entre os candidatos com a aproximação do dia das eleições. São os termos do aludido dispositivo legal:

Art. 240. A propaganda de candidatos a cargos eletivos somente é permitida após a respectiva escolha pela convenção.

Parágrafo único. É vedada, desde quarenta e oito horas antes até vinte e quatro horas depois da eleição, qualquer propaganda política mediante radiodifusão, televisão, comícios ou reuniões públicas.

Sucedede que a chamada minirreforma eleitoral, introduzida pela Lei nº 12.034/09, alterou substancialmente a regra acima exposta, no que diz respeito a Propaganda Eleitoral instrumentalizada por via da rede mundial de computadores (internet), representando hipótese de não incidência da regra estabelecida pelo Art. 240 do CE. *In verbis*:

Art. 7º Não se aplica a vedação constante do parágrafo único do art. 240 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, à propaganda eleitoral veiculada gratuitamente na internet, no sítio eleitoral, blog, sítio interativo ou social, ou outros meios eletrônicos de comunicação do candidato, ou no sítio do partido ou coligação, nas formas previstas no Art. 57-B da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Não se olvidando da questão, o Colendo Tribunal Superior Eleitoral, ao publicar a Res. Nº 23.191, que tutela especificamente às regras de propaganda eleitoral a serem obedecidas nas eleições do corrente ano, expressamente permitiu a manutenção dos *sites* de campanha durante o dia 03/10/2010.

Art. 82. Não se aplica a vedação constante do parágrafo único do art. 240 do Código Eleitoral à propaganda eleitoral veiculada gratuitamente na internet, no sítio eleitoral, blog, sítio interativo ou social, ou outros meios eletrônicos de comunicação do candidato, ou no sítio do partido ou coligação, nas formas previstas no art. 57-8 da Lei nº 9.504/97 (Lei nº 12.034/2009, art. 7º)

Desta sorte, entendo que o Ministério Público, nada obstante o zelo e acuidade que vem demonstrando no trato com a matéria Eleitoral, reduziu a análise da questão posta em apreço a uma realidade jurídica parcial, olvidando as demais normas existentes no ordenamento, sob o enfoque de uma interpretação sistemática.

Sob minha forma de entender, a tese autoral não merece guarida, porquanto não encontra fundamento na legislação Eleitoral vigente, sendo imperioso declarar a plena



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

legalidade da divulgação de propaganda eleitoral veiculada gratuitamente pela internet em *site* pessoal de candidato.

Destarte, não reconheço nos autos a prática de propaganda eleitoral irregular, de modo a ensejar aplicação da multa prevista no Art. 39, §5º, inciso III da Lei nº 9.504/97.

Isto posto, e por tudo mais que dos autos consta, **voto no sentido de julgar totalmente improcedente a presente Representação.**

É como voto.

Notifique-se e publique-se nos termos legalmente previstos. Sem apresentação de recurso no prazo assinalado pela legislação, certifique-se o trânsito em julgado encaminhando, em ato contínuo, os autos ao arquivo



Fernando Antonio Barbosa Maciel
Juiz Auxiliar da Propaganda Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E REGISTROS PLENÁRIOS

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Certifico que o Acórdão nº 7503, de 13/10/2010, foi conferido e publicado na 99ª sessão, realizada na mesma data. Eu, RODRIGO, lavrei a presente certidão, em Maceió, em 13/10/2010, que vai assinada pela Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários.



Coordenadora de Acompanhamento e
Registros Plenários



Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Representação Nº 1844-73.2010.6.02.0000

Prot. 17.584/2010

ORIGEM: MACEIÓ - AL

JULGADO EM: 13/10/2010 (SESSÃO Nº 99/2010)

RELATOR(A): JUIZ FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA MACIEL

PRESIDENTE DA SESSÃO: Des. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA

PROCURADOR(A) REGIONAL ELEITORAL: Dr(a). RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

SECRETÁRIO: JOÃO RAMALHO DA SILVA FILHO

AUTUAÇÃO

REPRESENTANTE(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO
REPRESENTADO(S) : CLEBER COSTA DE OLIVEIRA (DOUTOR CLEBER COSTA)
ADVOGADO : Gustavo Ferreira Gomes
ADVOGADO : Fernando Antônio Jambo Muniz Falcão
ADVOGADO : Sávio Lúcio Azevedo Martins

DECISÃO

Acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, por unanimidade de votos, em julgar improcedente a Representação, nos termos do voto do Juiz Relator. (Acórdão nº 7.503 de 13.10.2010).

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA. Presentes os Exmos. Srs. Juízes: Des. SEBASTIÃO COSTA FILHO, Drs. RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR, ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS, MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO, FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA MACIEL e LUCIANO GUIMARÃES MATA, bem como o eminente Procurador Regional Eleitoral, Dr. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA.

Por ser verdade, firmo a presente.
Maceió, 13 de outubro de 2010.

CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS
Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários